



a TERRA

ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE

Nº 25 — 2ª SÉRIE FEVEREIRO DE 1972 PREÇO \$50

1.000 PEQUENOS PRODUTORES DE GADO EM MANIFESTAÇÃO DE PROTESTO

No passado mês de Dezembro, cerca de mil pequenos criadores de gado bovino concentraram-se no Grémio da Lavoura de PAREDES (Penafiel) para protestarem contra a recente importação de carne feita pelo Governo e que obrigou a baixar o preço do gado de abate pago aos produtores. Foi aprovada uma exposição de protesto enviada a M. Caetano em que os criadores de gado bovino (que no Norte do País são, na sua esmagadora maioria, pequenos agricultores) descrevem a tremenda crise em que se encontram e pedem medidas para solucionar a sua precária situação.

Esta importante manifestação de protesto de cerca de mil pequenos criadores de gado é mais uma prova evidente de que os pequenos produtores agrícolas do Norte começam a compreender que só passando à acção, todos unidos, poderão conseguir algumas medidas que os ajudem a resolver os seus problemas.

O desprezo absoluto do governo pelos pequenos produtores evidencia-se bem neste problema das importações massivas de carne. Os dados oficiais de que dispomos, embora não abranjam ainda esta última importação de fins de 1971, são no entanto concludentes. De Janeiro a Outubro de 1970 importaram-se do estrangeiro 1.911,3 toneladas de carne de gado bovino. No mesmo período de 1971 importaram-se 12.682,6 toneladas, isto é, mais 10.771,3 toneladas do que no ano anterior. Isto corresponde a um aumento de 563,5% nas importações de carne de bovino!

A carne importada nos meses citados de 1971 sofreu um aumento de preço médio por tonelada de 29% em relação à do mesmo período do ano anterior.

Entretanto, como os pequenos criadores nortenhos dizem na sua exposição, as importações de carne do estrangeiro obrigaram a baixar o preço do gado de abate pago aos produtores.

Ganhou alguma coisa com isto o público consumidor? Toda a gente sabe que não. Nos talhos, a carne limpa de 1ª subiu, por exemplo no Porto e em Coimbra de 50\$00 para 70\$00 o quilo, o que significa um aumento de 40%, tendo atingido a carne de 2ª com osso, por exemplo, o aumento de 60%, em Coimbra, 40%, em Viseu, 35%, em Braga, etc., etc.

Mesmo tendo em conta que a carne de bovino importada subiu, no período considerado, 29%, os números acima citados provam que o aumento da carne nos talhos foi ainda muito superior.

Quem ganhou com estes vertiginosos aumentos, pagos pelo público consumidor? Eles foram, no essencial, beneficiar o governo fascista, os grandes importadores e os grandes intermediários, em prejuízo de todo o povo português.

Tais importações são um crime contra a economia nacional e particularmente ruinosas para a pecuária.

Por outro lado, a necessidade de fazer estas importações prova o atraso e o desca-

(cont. na pág. 2)

2 FIRMEZA CONTRA OS SERVIÇOS FLORESTAIS!

A luta da freguesia de Talhadas contra o domínio explorador dos Serviços Florestais tem conseguido importantes vitórias graças à força de todo o povo unido.

Foram ocupados alguns terrenos e semeados ou plantados pelo povo — pois se eles pertencem ao povo!

Além disso obrigou-se o Presidente da Câmara de Sever do Vouga a tomar uma posição perante o problema da ocupação dos baldios. Ele foi forçado a reconhecer a ilegalidade dos S.F. como exploradores dos baldios e dar a razão ao povo, porque este teve força suficiente para o colocar entre a espada e a parede!

Mas Talhadas não esperou pelas decisões dos S.F. (esperando vem ela desde há anos) nem se deixou iludir pelas manobras dilatórias das entidades oficiais. Avançou e os terrenos continuam a ser ocupados.

É uma luta exemplar que os povos do Préstimo, Paradela e todas as outras freguesias afectadas têm de seguir para terminar, de uma vez por todas, com o roubo dos baldios que hoje nós são tão preciosos.

1.000 PEQUENOS PRODUTORES

(cont. da pág. 1)

labro a que chegou a nossa agricultura, incapaz de fazer face às necessidades de consumo; prova que o governo fascista, além de não conseguir resolver nenhum dos problemas básicos da agricultura portuguesa, tem seguido uma política ruínosa para os pequenos e médios agricultores.

Como «A Terra» dizia no número anterior, dirigindo-se exactamente aos pequenos produtores de gado, por todo o lado o descontentamento deve transformar-se em acção! Para que a nossa movimentação tenha a unidade e a força que obrigarão o Governo a ouvir-nos, é preciso escolher entre os mais decididos (e nunca entre os lacaios do governo) homens capazes de formar Comissões que nos representem e defendam os nossos interesses. Bem unidos, como fizeram os pequenos agricultores de Peredes, poderemos forçar o governo a tomar algumas medidas a nosso favor.

Duas coisas fundamentais não se podem esquecer:

1 — A UNIÃO DE TODO O POVO, dentro de cada freguesia e depois entre todas as freguesias afectadas. Esta unidade pode ser reforçada quando exista uma Junta de Freguesia honesta que de facto defenda os interesses do povo.

2 — A ATENÇÃO A TODAS AS MANOBRAS dos S.F. e das entidades administrativas superiores; que apenas estão interessadas em que o movimento perca a sua força e as coisas «passem com o tempo»...

Não esperemos que eles dêem decisões sobre aquilo que nos pertence!

Unamo-nos e organizemo-nos em Comissões de Lugares e Comissões de Freguesia para exigir a restituição dos baldios e ocupar os terrenos!

O povo das serras não se pode deixar roubar por esses comedores!

Todos unidos contra os Serviços Florestais! Não esperemos muito tempo pelas respostas deles! Conduzamos nós próprios a nossa luta por aquilo que nos pertence!

AINDA SOBRE AS «ELEIÇÕES» PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

No artigo do número anterior do nosso jornal, intitulado «ALGO DE NOVO NAS «ELEIÇÕES» PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA» diz-se, por gralha da redacção: «foi nos concelhos rurais que apareceram mais listas de oposição às oficiais». Embora esta afirmação seja exacta, o que se pretendia pôr em relêvo é que «foi nos concelhos rurais que apareceram mais listas da Oposição às listas oficiais», como certamente os nossos leitores terão deduzido pela continuação do artigo. Assim, quando se apela às populações rurais para que lutem pela realização dos programas de reivindicações locais e apoiem as novas Juntas de Freguesia a fim de que esses programas sejam cumpridos, referimo-nos, como é evidente, às reivindicações que correspondam de facto aos interesses das populações e às Juntas de Freguesia antifascistas que defendam efectivamente esses interesses.

Escreveu-nos um leitor pedindo que lhe expliquemos mais claramente o significado da expressão: "A TERRA PARA QUEM A TRABALHA". Referia-se ao artigo do número 19 do nosso jornal, intitulado: "A Terra salva o Partido Comunista Português pelo seu 50º Aniversário" em que afirmávamos que o P.C.P. "luta pela revolução democrática e nacional que realizará a Reforma Agrária entregando a terra a quem a trabalha".

Como pensamos que este problema interessará, não só ao nosso correspondente, mas também à maioria dos nossos leitores, vamos transcrever, acompanhadas de explicações nossas, algumas partes do ponto 3º do Programa do P.C.P. que trata da Reforma Agrária, nos aspectos que se referem às formas de divisão da terra preconizadas pelo Partido Comunista para essa etapa da revolução:

«Não é possível a construção dum regime democrático em Portugal sem alterar radicalmente a política agrária, sem eliminar o domínio da agricultura pelos grandes agrários, sem entregar a terra a quem a trabalha. A realização da reforma agrária é dum política agrária que defenda os interesses da população laboriosa dos campos e um objectivo central da revolução democrática e nacional.

Para atingir este objectivo são fundamentais as seguintes medidas:

1 — Expropriação dos latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas, cujas dimensões, para efeito de expropriação serão determinadas por lei, tendo em conta a natureza do terreno, os tipos de cultura, o valor do produto e o peso relativo das várias camadas do campesinato em cada região. Em todos os outros casos, respeito pela propriedade privada da terra».

Portanto, desta 1ª medida que se refere às expropriações, podemos tirar a conclusão que só os latifúndios dos grandes agrários (extensas propriedades localizadas particularmente no Sul) e as grandes propriedades exploradas pelos capitalistas, serão expropriadas. O Programa diz claramente: «Em todos os outros casos, respeito pela propriedade privada da terra.»

Acabar com a injusta divisão da terra

A situação de miséria e de dificuldades das classes laboriosas dos campos resulta, em larga medida, da divisão da propriedade existente. Por quase todo o país (até mesmo nas regiões de pequena propriedade como os nossos leitores do Norte sabem) verifica-se a concentração da maior parte da terra nas mãos de um reduzido número de pessoas, enquanto os que de facto trabalham a terra, ou não possuem nem um palmo, ou possuem

tão pouca que mal lhes dá para viver. Os 500 maiores proprietários têm mais terra que os 500.000 mais pequenos.

Sem citarmos aqui as regiões de grande propriedade do Sul onde há explorações agrícolas que chegam a atingir mais de 10.000 hectares, vamos referir somente alguns distritos das Beiras, utilizando números do último «Inquérito às Explorações Agrícolas» de 1968.

Por exemplo, se tomarmos os distritos de AVEIRO E VISEU REUNIDOS, vemos que 122.840 explorações agrícolas, isto é, 99 % do total, possuem de meio a 20 hectares de terra. Em termos mais simplificados poderá pois dizer-se que cerca de 99 % dos proprietários são pequenos e médios que não têm a recear expropriações e tudo terão a ganhar com a reforma agrária. Mas a verdade é que, mesmo nestes distritos em que predomina a pequena propriedade, apenas 1 % das explorações possuem um total de 83.635 hectares que se fossem expropriados poderiam ser distribuídos por assalariados rurais, rendeiros e pequenos proprietários. Para se fazer uma ideia do significado destes 83.635 hectares, basta dizer que 60 % das explorações agrícolas destes dois distritos (que medem entre 0,5 a 2 ha), apenas ocupam a superfície de 79.108 hectares. Aqueles 83.635 hectares sobravam para duplicar a área destas 74.530 explorações (60 % do total) que possuem de 0,5 a 2 ha.

Tomando como exemplo outro distrito das Beiras, CASTELO BRANCO, vemos contrastes ainda mais gritantes. Aqui, mais de 55 % da terra está nas mãos de apenas 2 % dos proprietários. Há em Castelo Branco 14 propriedades com mais de 2.500 hectares cada uma!

Expropriando apenas 2 % das explorações agrícolas, isto daria para quadruplicar a área das explorações que actualmente têm apenas de meio hectare a 5 e constituem 71 % do total das explorações. Como se vê por este exemplo, 98 % dos proprietários nada teria a perder, antes pelo contrário, e os assalariados e rendeiros sem terra, assim como os pequenos proprietários poderiam receber (cont. na pág. 4)

A TERRA PARA QUEM A TRABALHA



(cont. da pág. 3)

muitos hectares de terra.

Claro que ao dar estes exemplos não estamos de forma nenhuma a admitir que uma reforma agrária se possa encerrar, sob qualquer aspecto, à escala distrital, pois ela terá que ter um âmbito nacional. São apenas exemplos de onde os nossos leitores poderão

UNIDADE VENCE A PREPOTÊNCIA

A população da aldeia de PAÇOS DE VILARIGUES deu um bom exemplo de como a unidade e a firmeza podem vencer a prepotência dos caciques fascistas.

A luta vinha-se arrastando há bastante tempo já, entre um grande proprietário e o cacique fascista da aldeia — e toda a população. O fazedor, membro da Acção Nacional Popular (nais) queria a todo o custo impedir que o cacique aproveitasse as águas de um baldio, pertencente a todos os habitantes da aldeia. Tinha-se ele apropriado da fonte e usou das suas muitas influências junto das autoridades e organismos oficiais fascistas para ir continuando a usufruir das águas, na rega das suas propriedades.

Vendo que nada conseguia se continuasse de braços cruzados e desunida, a população em peso (menos dois ou três sabujos pagos pelo fascista) decidiu entrar em luta, perdendo o medo às ameaças do «mandão».

Depois de várias reuniões decidiram levar o caso a tribunal e fizeram uma subscrição para arranjar o dinheiro necessário. A grande maioria da população compareceu no Tribunal e foi tal a força daquela gente unida e tão veementes os testemunhos dos camponeses na defesa dos seus direitos, que o juiz decidiu a seu favor.

Para celebrar a vitória, a população fez uma festa de confraternização em que surgiu, bem a propósito, a seguinte cantiga:

Canta, canta, amigo canta
canta agora esta canção
tu sozinho não és nada,
juntos temos o mundo na mão.

tirar a conclusão de que, com a realização da reforma agrária, só terão a perder os latifundiários e grandes capitalistas. A terra a ganhar toda a população trabalhadora dos campos.

Ter em conta a vontade dos camponeses

Sobre a distribuição das terras expropriadas, diz o Programa do P.C.P.:
«2. Entrega das terras expropriadas aos assalariados rurais e aos camponeses pobres (proprietários, rendeiros e parceiros). Divisão e distribuição nuns casos da terra para ser explorada individualmente ou em cooperativas; e estabelecimento noutros casos da exploração directa pelo Estado, tendo em conta a vontade das massas camponesas.»

Esta última afirmação, de que há que ter em conta a vontade das massas camponesas, é muito importante. Significa que a revolução democrática e nacional dará aos que trabalham a terra o direito de escolherem as soluções mais justas e que melhor se coadunem com os seus interesses, quer para a divisão das terras expropriadas, quer para a organização das formas de exploração agrícola a adoptar.

A entrega da terra a quem a trabalha deverá ser acompanhada de toda uma série de medidas de auxílio económico e assistência técnica por parte do Estado, e ajuda à organização de cooperativas agrícolas, que o Programa do P.C.P. indica em linhas gerais. Algumas dessas medidas, tendentes à elevação da produtividade da terra e melhoria das condições de vida nos campos, são citadas nos números 19 e 22 do nosso jornal.

Os que trabalham a terra, mediante a sua activa participação, na revolução que derrubará a ditadura fascista e instaurará um regime verdadeiramente democrático em Portugal, lutando em estreita aliança com a classe operária e ao lado de todos os trabalhadores e demais camadas antifascistas, conquistarão o direito de decidir do seu destino, uma vida melhor e mais feliz para si e para seus filhos.